

GÊNERO E CIÊNCIA: SILENCIAMENTOS E PERDAS

Anna Júlia Giurizatto Medeiros¹

Elvira Simões Barretto²

Resumo

O androcentrismo na ciência moderna silencia as vozes das mulheres e gera perda à vida em sociedade. Visa-se no estudo compreender como as relações de gênero se expressam na produção do conhecimento científico e apontar alguns caminhos traçados pelas epistemologias feministas na perspectiva da equidade de gênero e sua relação com o aprimoramento do conhecimento. A ciência moderna foi estruturada a partir do lugar masculino de fala, produzindo e tentando provar a subalternidade da mulher na vida em sociedade. Demonstra-se que a visão androcêntrica, nas análises de realidade e nos marcos interpretativos da ciência tradicional, é essencialista e supõe neutralidade e objetividade do conhecimento. Epistemologias feministas incluem a diversidade na apreensão da realidade da vida, trazendo para a ciência a possibilidade de uma aproximação mais profunda sobre a complexidade da realidade humana.

Palavras-chave: ciência; gênero; epistemologia feminista.

Abstract

The androcentrism in modern science silences the voices of women and generates loss to life in society. This study aims to understand how gender relations are expressed in the production of scientific knowledge and point out some directions suggested by feminist epistemologies from the perspective of gender equity and its relationship to the improvement of knowledge. Modern science was structured from the male position of discourse, producing and trying to prove the subordinacy of women in life in society. It is shown that the androcentric vision, in analyses of reality and in the interpretative frameworks of traditional science, is essentialist and assumes neutrality and objectivity of knowledge. Feminist epistemologies incorporate diversity in the apprehension of the reality of life, bringing to science the possibility of a deeper approach to the complexity of human reality.

Key words: science, gender, feminist epistemology

Resumen

El androcentrismo silencia las voces de las mujeres en la ciencia y genera pérdidas en la vida social. El objetivo es comprender las relaciones de género en la producción de conocimiento científico y señalar algunos caminos de las epistemologías feministas en la perspectiva de la equidad de género y su relación con la calidad del conocimiento. La ciencia moderna se estructuró desde el lugar del habla masculina, produciendo y tratando de probar la subordinación de la mujer en la vida en sociedad. Se muestra que la mirada androcéntrica, en el análisis de la realidad y en los marcos interpretativos de la ciencia tradicional, es esencialista y se naturaliza por la supuesta neutralidad y objetividad del conocimiento. Las epistemologías feministas incluyen la diversidad, brindando a la ciencia la posibilidad de un acercamiento más profundo a la complejidad de la realidad humana.

Palabras-clave: ciencia; género; epistemología feminista.

¹ Psicóloga do Departamento de Apoio ao Estudante do IFAL. Doutoranda do Programa de Lógica e Filosofia da Ciência da USAL

² Doutorado em Jornalismo e Ciência da Comunicação pelo Universitat Autònoma de Barcelona - UAB, Espanha (2008) Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Vice-coordenadora do PPGSS/UFAL

INTRODUÇÃO

Embora seja inegável o avanço social trazido pelas mulheres na atualidade, há muitas assimetrias que limitam as conquistas em prol da igualdade de condições entre homens e mulheres. No que se refere à ciência, é importante destacar que diversos obstáculos construídos ao longo da história e perpetrados na atualidade impedem a eliminação das desigualdades de gênero.

A base quase exclusivamente masculina da ciência antecede o capitalismo, faz parte da herança da ideocultura androcêntrica em que o homem é considerado o humano, no sentido genérico e universal. Este modelo conforma hierarquias, produzindo a violência patriarcal nas diversas esferas da sociedade. Mesmo que inserida neste sistema, algumas perspectivas científicas têm oferecido problematizações importantes acerca da manutenção dos pressupostos androcêntricos em sua estrutura, marcada pela exclusão das mulheres e das perspectivas femininas em seus fundamentos.

Na atualidade, os argumentos a favor da inclusão das mulheres na ciência são muitos, já que cada vez mais se reconhece sua contribuição para a economia, como também a necessidade de investimento em ciência e tecnologia para o desenvolvimento das nações (OLINTO, 2011). Os estudos sobre gênero e ciência têm contribuição fundamental para descortinar essa realidade, apontando os fatores que se entrelaçam na produção do androcentrismo acadêmico e as consequências deste modelo. No Brasil, o tema começou a ganhar mais relevância a partir da década de 80, com a institucionalização dos núcleos de estudos sobre mulheres em diversas universidades brasileiras (LOPES, 2002). O incentivo de organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e a inserção da temática nas grandes conferências internacionais também têm motivado estudos e a promoção de políticas sociais nesse campo (LETA, 2003; LOPES, 2002; OLINTO, 2011; TABAK, 2007). É importante a formulação de Estela Aquino (2006), ao salientar que o estudo sobre mulher e ciência pode envolver três dimensões: as transformações socioculturais nas relações de gênero no meio científico; a participação das mulheres nos diversos campos disciplinares; e as análises epistemológicas, históricas e sociológicas da produção do conhecimento.

Nessa perspectiva, de acordo com o objeto do presente estudo, buscaremos compreender como o gênero produz saberes científicos, enfocando as questões históricas

e epistemológicas que demarcam o androcentrismo na produção do conhecimento. Assim, faremos uma breve explanação acerca da história de produção do androcentrismo e do patriarcado na sociedade e apontaremos como a ciência moderna se construiu a partir desses referenciais, bem como traremos alguns caminhos traçados pelas epistemologias feministas para superar esse modelo.

A CONSTRUÇÃO DOS GÊNEROS DESDE OS PRIMÓRDIOS: BREVES APONTAMENTOS

Há que registrar que o fato de ser homem e mulher com normatividades de feminino e masculino é uma construção histórica e tem direta relação com a ideocultura patriarcal e androcêntrica. Vale a pena uma imersão nas trilhas da história. As sociedades originárias tribais eram ágrafas, tendo a oralidade como tradição. Nesse sentido, um diálogo com as narrativas míticas, orações e rezas, discursos mágicos de cura, contos locais, compartilhados pelas pessoas mais velhas, os/as anciãos/anciãs possibilita muitas reflexões acerca da construção dos gêneros ao longo da história (ORIENTE, 2005).

A marca principal de tais organizações sociais era a suposta capacidade que os humanos tinham para se comunicar com os espíritos. Françoise Héretier (1996) destaca a narrativa da tribo *Nagaju de Bornéu* (localizada em uma ilha asiática) que relata a paixão da Lua (o masculino) por uma linda mulher na terra. Em toda lua nova, ele desce para encontrá-la, até que, um dia, casam-se e ela engravida. Mas os deuses o proibiram de descer novamente à terra. A esposa grávida protestou contra essa situação, argumentando que o filho nasceria monstruoso – e assim ocorreu. Diante da deformação do filho, o pai reivindicou o encontro com ele, pois queria “refazê-lo”. Assim fez nesse encontro: derreteu-o em um crisol e acrescentou água-viva, como sua contribuição pessoal para a criação do filho, produzindo um “homem completo”, o ancestral dos homens brancos.

Anne Chapman (1998) traz a lenda dos *Ona*, da Terra do Fogo, com enfoque em outra perspectiva de ascensão do poder masculino. As mulheres davam a direção da organização social da comunidade, submetiam os homens às suas ordens, pois tinham o poder de se comunicar com os deuses no *hain*, o ritual de espiritualização das mulheres, no qual elas emitiam ruídos de máscaras aterroradoras. Tudo mudou quando descobriram que as máscaras não eram uma emanção de poderes. Mataram todas as mulheres adultas e passaram a domesticar as que ficaram e as que, posteriormente, nasceram. Assim, as mulheres passaram a não ser valorizadas, podendo apanhar e serem mortas.

Segundo o mito de *Baruya*, coincidindo com o exemplo dos *Ona*, tudo começou com o poder iniciático das mulheres com o uso de arcos e das flautas cerimoniais. E tudo mudou quando os homens roubaram esses instrumentos, entrando na cabana menstrual³, onde estavam escondidos. A partir daí, as mulheres perderam sua força de liderança e apenas os homens passam a saber tocar flautas cerimoniais e, assim, obtiveram o poder de se comunicar com os espíritos, o que lhes conferiu "supremacia absoluta" (GODELIER, 1986).

Na África Ocidental, temos o exemplo dos *Dogon*, onde o mito é muito semelhante ao dos *Baryuas*, diferenciando-se apenas quanto aos meios pelos quais se obtém poder, ou seja, entre esses africanos, a mulher, no início, tinha poder de se comunicar com os espíritos por meio de rituais, até que um dia os homens roubam as saias das máscaras de fibra tingidas de vermelho, que era o instrumento pelo qual era possível a comunicação com os espíritos (HÉRETIER, 1996).

Não por acaso, todas essas mitologias têm como característica a ascensão do domínio masculino em distintas organizações sociais. Com permissão do salto histórico, vamos ao destaque de alguns aspectos do mundo antigo, berço oficial do androcentrismo e que apresenta traços iniciais do patriarcado a ser oficializado na Idade Média. É nesse momento que encontramos os mitos fundadores da história contemporânea, quando os valores simbólicos subjacentes à ordem patriarcal e androcêntrica - sob a primazia do masculino como referente do humano genérico - são a chave para entender os elos estruturantes de gênero em tempos modernos.

No mundo das representações simbólicas da Grécia Antiga, encontramos dois tipos de modelos do feminino: mulheres que incorporam feminilidade positiva, porque estão integradas à ordem masculina por meio de sua capacidade reprodutiva e por serem esposas fiéis, como Penélope⁴; e aquelas que representam feminilidade negativa, ameaçadora e sedutora, como no caso de Clitemnestra, as sereias e seu referente máximo, que é Pandora. Ela, como a Eva bíblica da era cristã, é conhecida por sua luxúria, gula e curiosidade impensada, levando-a a abrir o pote que continha todos os males do mundo. O referente icônico do masculino, por sua vez, pode ser encontrado no Olimpo grego com seus deuses guerreiros, traidores, estupradores de mulheres, raptos, vingadores e

3 Local em que as mulheres ficavam durante o ciclo menstrual.

4 Esposa do personagem principal, o rei de Ítaca, Odisseu. Ela espera vinte anos pelo retorno de seu marido da Guerra de Troia.

punidores; assim, não surpreende o fato de que os aspectos fundamentais da representação simbólica do masculino tenham estas características nos tempos modernos.

Existe uma verdadeira “armadura simbólica” do pensamento filosófico e médico da Grécia trazido por Aristóteles, Anaximandro e Hipócrates, imbuído de discursos simbólicos construídos em um sistema de categorias binárias, de pares como: sol e lua, alto e baixo, direito e esquerdo, claro e escuro, leve e pesado, quente e frio, seco e úmido, masculino e feminino, superior e inferior. E o ser homem ou mulher também está definido por essas categorias binárias. Em relação às mulheres, elas estão associadas ao frio e à umidade - valor negativo, enquanto quente e seco são para homens, valor positivo. (HÉRETIER, 1996).

Encontramos, portanto, os enredos da história oficial da humanidade e sua perspectiva androcêntrica para explicar o mundo ocidental; não à toa, o homem tem sido o centro e o parâmetro de medida da explicação da realidade social, de forma que o conhecimento científico hegemônico está parametrado pelo androcentrismo. Vimos que as narrativas apresentadas pelos filósofos fornecem as bases estruturais para a representação superior do gênero masculino, enquanto que as representações do feminino são carregadas de ambiguidade e dependência direta com o código patriarcal, na medida em que as mulheres estão associadas ao negativo e ameaçador, vistas como sedutoras e fracas de caráter quando não obedecem ao referente da ordem androcêntrica patriarcal de maternidade e de esposa fiel.

Sobre a Idade Média, parece-nos referencial o aspecto teológico desse momento histórico de dominação das outras disciplinas intelectuais e o belicismo aí presente, com a defesa intransigente da ordem teocêntrica patriarcal sob o comando da Igreja Católica, cujo poder máximo do sagrado e de alto grau de idolatria pertence à ordem do masculino. (ESTÉBANEZ, 1986).

É referencial a bula escrita pelo papa Gregório IX, quando institui o Tribunal do Santo Ofício como permanente para todas as dimensões do território católico, para julgar os hereges em nome da Santa Madre Igreja e do Papa. O Tribunal iniciou na França para depois alcançar outros países europeus; ao chegar à Alemanha, em 1232, o imperador decretou a extensão do Tribunal para todo o Império, chegando à Itália, à Boêmia, à Hungria, entrando pela Península Ibérica (GONZAGA, 1993).

Vemos na Inquisição, expressão máxima da tirania patriarcal da igreja, com legitimação dita científica da publicação do manual da inquisição dos frades dominicanos alemães Heinrich Kraemer e Jacob Sprenger *Maellus Maleficarum*, ou "martelo das bruxas",

corretamente descrito como um dos documentos mais aterrorizantes da história da humanidade. Contabiliza-se meio milhão de vítimas da Inquisição queimadas sob a acusação de bruxaria e, desse número, oitenta e dois por cento eram mulheres. Podemos nos perguntar as razões desse extermínio organizado. E em uma visita à teoria de gênero podemos aventar que um discurso misógino antigo facilitou a canalização de uma ideocultura hierarquizada de inferiorização e de subjugação de pessoas que não fazem parte do modelo ideal do humano: masculino, proprietário de bens e de pessoas, branco, de religião de matriz europeia. Na modernidade, o referente desse modelo ideal do humano não se desintegrou, mas, sim, repaginou-se e prosseguiu com a garantia do conhecimento científico.

A narrativa religiosa da Idade Média, regida pelos princípios do sagrado e legitimadora do poder do monarca por direito divino, é suplantada pelo princípio da ciência de raiz aristotélica-cartesiana. A religião é substituída pela medicina filosófica dos séculos XVIII e XIX em seu papel de conselheira dos papéis de gênero. À medida que a sociedade se torna secularizada, as ciências humanas substituem o discurso teológico-patriarcal, o que não significa que ele desapareça (FRAISSE, 1991).

Pierre Roussel, ainda no século XVIII, inaugura tratados sobre a mulher na perspectiva da medicina e vai influenciar médicos-filósofos como Gerges Cabanis (1808) com a tese de que a diferença biológica que existe entre os sexos é a causa da diferença de funções e espaços sociais. A modernidade encontra uma justificativa biológica, por meio de verdade científica, para a reclusão de mulheres na esfera privada, dentro da nova estrutura da divisão liberal entre as esferas pública e privada (FRAISSE, 1991).

Esse legado do conhecimento científico atinge em cheio os machos da espécie humana, que tiveram que assumir a condição de ser perfeição e modelo ideal do humano, esperando-se que se responsabilizem pela direção de todas as ações socioculturais que o Iluminismo concebeu como necessárias para o progresso da humanidade: desde a educação, a política, a economia, a justiça, entre outras. As mulheres, como seres dominados por sua biologia, tiveram que se dedicar ao aprimoramento das espécies. Assim se configura o modelo ideal de divisão sexual do trabalho do século XIX.

O BINARISMO DE GÊNERO COMO BASE DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA

Como vimos, embora a modernidade ocidental tenha rompido com as justificativas teológicas da subordinação, outras dinâmicas de desigualdade e exclusão

foram construídas, amparadas pelos históricos binarismos da sociedade. Nesse contexto, assim como em outros momentos históricos, o gênero tem sido elemento fundamental para a produção dos sentidos necessários à manutenção da ordem social.

‘Gênero’ pode ser compreendido como um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT,1995). Como elemento constitutivo das relações sociais, ‘gênero’ dá sentido às organizações, à percepção do conhecimento histórico e está presente nos diversos espaços e práticas sociais. Assim, as relações de gênero estão impregnadas em todas as estruturas da sociedade, na família, na sexualidade, assim como no Estado e na economia (CONNELL, 1995).

Para compreender como gênero dá sentido às organizações e relações sociais e como a ciência está imersa nesse sistema, é importante entender a vinculação entre opressão de gênero e outras formas de opressão, bem como os discursos implicados com a renovação das formas de subordinações da sociedade (PRADO *et al*, 2010; CONNELL, 1995). Na modernidade, os conceitos de igualdade e universalidade se estabeleceram como referenciais hegemônicos, generalizando e naturalizando as particularidades do grupo historicamente dominante nas sociedades ocidentais. Este discurso é marcado pela hierarquização dos modos de vida, pela negação de racionalidades e pelo silenciamento dos grupos subalternizados ao longo da história, estando vinculado diretamente com a violência patriarcal. Assim, como afirma Boaventura Santos (2005, p.30), “sob a capa de valores universais autorizados pela razão foi imposta, de fato, a razão de uma raça, de um sexo e de uma classe”.

Na esfera individual, esse processo de homogeneização da vida em sociedade se constituiu e se constitui por meio de abstrações que inviabilizam o reconhecimento dos contextos em que se configuram as situações concretas entre indivíduos e grupos. Com os sujeitos generalizados, as diferenças são consideradas obstáculos, restritas ao plano individual, e os direitos vão sendo definidos a partir do universal, de maneira a legitimar as posições prévias de desigualdade (FLORES, 2008).

Desta maneira, os que não formam parte dos referentes universalizados são vistos como diferentes e colocados em condição de inferioridade por não se ajustarem ao modelo hegemônico (PRADO *et al*, 2010). Nesta perspectiva, a diferença não é vista como um devir próprio da condição humana, mas como o negativo da identidade. O trato com a questão da diferença como subjetividades categorizadas implica a manutenção da dicotomia identidade/diferença e dos demais binarismos que mantêm as hegemonias de gênero, recolocando a responsabilização no indivíduo pelo processo de exclusão e

expressando o modo perverso como a violência é operada na atualidade (TOSTA, DALTIO, 2013).

As inferiorizações dos modos de existência não formalizados, ou seja, dos não hegemônicos, são atravessadas pela dominação simbólica, em que a dominação é ao mesmo tempo sofrida e aceita, por meio do reconhecimento e da obediência. Para Pierre Bourdieu (2004), a construção das subjetividades se assenta em relações objetivas, instituídas pelas posições ocupadas na distribuição desigual dos recursos e poderes sociais. As estruturas hierarquizadas atravessam todas as relações sociais e transformam-se em algo objetivo, que pode ser reproduzido por todos os sujeitos, independentemente da posição que eles ocupam nesta escala de valores (SAFFIOTI, 2001).

A construção das subjetividades em conformidade com o ordenamento de gênero é fundamental para a manutenção das estruturas modernas patriarcais e se estabelece pelo intermédio das instituições sociais, das escolas, da ciência, do sistema de pensamento. Na construção dos gêneros, Judith Butler (2008), aponta que o sistema de pensamento e organização social instituídos produzem as noções culturalmente inteligíveis acerca do que compete a cada gênero. Nesta perspectiva binária, as diferenças corporais seriam o núcleo, o fundamento que iria instituir duas formas distintas, opostas e complementares de existir. Assim, o corpo masculino e o feminino seriam compreendidos com atributos naturais, com uma essência biológica que reflete uma interioridade psicológica e que nos conforma como seres humanos. Estes ideais normativos regulam as identidades e sexualidades dos sujeitos, servido como suporte às diversas expressões de violência que se relacionam à manutenção deste modelo. Para manter o gênero neste marco binário, há diversas prescrições, sanções sociais, além de violências direcionadas aos que estão em desacordo com o que é definido como legítimo e inteligível. A fabricação dos gêneros, entretanto, não ocorre sem tensionamento, pois não há um polo de poder estável e outro não.

As manobras de poder não anulam os sujeitos, funcionam como dispositivos de poder que são incorporados pelos corpos em certas medidas, mas também são questionados por pontos de resistência (BUTTLER, 2008). Como o conhecimento e práticas não se constituem por uma prontidão generalizada dos indivíduos no processamento dos esquemas cognitivos, as práticas sociais são distintas, indeterminadas parcialmente. Esta indeterminação atravessa não apenas as relações de gênero, mas outras relações de opressão, como as interétnicas e de classe (SAFFIOTI, 2001).

Assim, as redes de poder organizadas pela pluralidade de sentidos que se combinam e se interferem mutuamente podem legitimar ou tensionar as práticas institucionalizadas (FOUCAULT, 1986). É no lugar do tensionamento que se encontram as críticas feministas, opondo-se à caracterização binária de homens e mulheres. Essa crítica partiu da práxis, do cotidiano, das experiências, do coletivo: um movimento contra-hegemônico ao paradigma dominante de construção do conhecimento (GIFFIN, 2006).

Aliado a outros atores, movimentos e correntes teóricas, a crítica feminista tem realizado muitos questionamentos ao processo de construção do conhecimento científico. Ao denunciarem o modelo masculino, branco, heterossexual e europeu como centro da vida social, as correntes feministas têm buscado problematizar os produtos e processos construídos pelo modelo científico androcêntrico e construir referenciais que possibilitem uma reordenação da ordem vigente.

Identificar a presença da ordem de gênero na ciência é um caminho necessário para mudanças no paradigma que tem historicamente excluído as mulheres de sua produção. Neste trabalho, a seguir, traremos algumas reflexões acerca das inconsistências que marcam os princípios que estruturam a ciência moderna e, em seguida, discutiremos alguns caminhos traçados pelas epistemologias feministas.

O LUGAR DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA MODERNA

A produção do saber operada pela ciência moderna está marcada pelas histórias de segregação da sociedade. A ciência tem afastado de seus espaços de produção de saber e de seus pressupostos não apenas as mulheres, mas os diversos grupos historicamente subalternizados pela ordem vigente.

Conforme já apontado, universalidade e igualdade são conceitos que têm sido utilizados na modernidade para manter os antigos privilégios e relações de poder. Para atender a tais interesses, era moderna na ordem do capital estruturou instituições, como Estado e ciência, buscando legitimar o sistema de desigualdades e a exclusão por ela operada (PRADO, *et al* 2010).

De acordo com Martha Giudice Narvaz e Silvia Helena Coller (2006), os aspectos político-ideológicos presentes na ciência hegemônica costumam ser rechaçados por ela mesma, como estratégia para evitar responsabilidades sobre as motivações e as consequências dos saberes produzidos. Como produto cultural, social e histórico, a

ciência apresenta características particularista, ideológica, racista e sexista em seus pressupostos.

O saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença [...]. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental (RAGO, 2000, p.4).

Robert William Connel (2012) aponta que a imposição da visão androcêntrica e do Norte-global, tem deturpado a visão do “outro”. Para o autor, a ordem de gênero e a estrutura de classes estão consolidadas nas perspectivas teóricas do Norte. Dentro desta perspectiva, o feminino é silenciado. E não apenas o feminino, mas as outras formas de existir que não correspondem ao modelo centralista do masculino, europeu, branco e heterossexual. Compreender como estas realidades históricas relegadas ao silêncio do insignificante estão relacionadas com o funcionamento do centro hegemônico da vida social é fundamental para desvendar os problemas do androcentrismo (SARDÁ, 1988).

O silenciamento da mulher faz parte da história da ciência. Ainda que elas estivessem presentes nos primórdios da revolução científica, com o desenvolvimento da ciência moderna e a progressiva formalização da atividade e sua separação do espaço privado, as mulheres foram separadas desse lugar e impulsionadas a assumir os cuidados da casa e dos filhos (AQUINO, 2006). Essa separação da mulher do espaço de produção do conhecimento esteve ancorada em argumentos naturalistas, na qual a lógica binária definiria não apenas a diferença das mulheres em relação aos homens, mas sua inferioridade biológica e inadequação ao exercício da ciência (GIFFIN, 2006).

Luana do Rocio Taborda e Ana Martina Baron Engeroff (2017) denunciam que não se pode esperar que as mulheres tenham êxito em um empreendimento que, em sua origem, foi organizado para excluí-las. A associação dos valores da ciência androcêntrica às características consideradas masculinas, como a razão e a objetividade, produziu a subalternidade da mulher na ciência e manteve a invisibilidade desta condição (NARVAZ; COLLER, 2006). “Como a razão tem sido associada a membros de grupos dominantes, esse mito funciona para re/produzir sua autoridade epistêmica exclusiva: o ideal do investigador imparcial é, portanto, um mito classista, racista e, sobretudo, masculinista” (GIFFIN, 2006, p. 641-642).

A ambiguidade do uso do masculino e do conceito de homem, considerados de maneira particular e genérica, reflete a centralidade do discurso androcêntrico na ciência

e as fragilidades das explicações que se autointitulam rigorosas e objetivas (SARDA, 1988). Como a perspectiva do masculino está impregnada na suposta objetividade e neutralidade das teorias e métodos, é importante que o pensamento social seja recriado por outros saberes, por isso Taborna e Engerroff (2017) apontam que é necessário reconhecer a “colonialidade do saber” e a “colonialidade do gênero” presentes na ciência.

É preciso questionar a ciência moderna em sua cultura, método e conteúdo, estruturados a partir de centenas de anos de exclusão das mulheres e do feminino, bem como pela legitimação da violência produzida pela cultura androcêntrica e patriarcal. Dentre os pressupostos fundadores da produção científica que têm sido examinados pela crítica feminista, têm destaque, de acordo com Lourdes Bandeira (2008), os argumentos naturalistas - considerados condição de neutralidade da ciência, com perspectiva masculinista e com linguagem androcêntrica -, a dimensão universal atribuída ao conhecimento científico e a crença no caráter progressista da racionalidade científica.

Para compreender como funcionam esses mecanismos de exclusão das mulheres na ciência, é necessário o desenvolvimento de pesquisas que incorporem a perspectiva de gênero como categoria de análise. Entretanto, para Laura Nuno Gómez e Henrique Alvarez Conde (2017), os marcos interpretativos e as análises da realidade estão impregnados pela naturalização da visão androcêntrica do conhecimento, o que dificulta a compreensão desses processos.

O debate das epistemologias não-androcêntricas, em particular, das epistemologias feministas, oferece subsídios importantes para entender como se estruturam as desigualdades de gênero na ciência. A seguir, serão apresentados alguns pressupostos destas perspectivas, bem como algumas divergências entre as correntes teóricas. Com isso, buscaremos, longe de traçar parâmetros absolutos para a construção do conhecimento, pontuar possibilidades de reordenar o modelo centralista posto, em prol da melhor qualidade e da equidade do fazer científico.

CAMINHOS TRAÇADOS PELAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

A crítica à ciência moderna tem sido realizada há muito tempo, por diferentes movimentos, autores e vertentes teóricas. Os debates pós-colonialistas, as críticas feministas, os estudos decoloniais e diversas correntes têm pontuado as inconsistências e ambiguidades do modelo hegemônico.

Neste debate, as feministas têm oferecido importante contribuição. Além de produzir questionamentos à ciência hegemônica e trazer evidências das especificidades da opressão de gênero nesta instituição, elas têm proposto alternativas a este modelo. Assim, as teorias feministas têm evidenciado as formas de organização do mundo social materializado e simbolizado nas relações entre homens e mulheres e construído argumentos consistentes para reivindicar um lugar para as mulheres na ciência (BANDEIRA, 2008).

Um ponto fundamental nesta discussão é a necessidade de rejeitar os termos binários e abstratos de ‘igualdade/diferença’, redimensionando o debate do lugar da essência para a possibilidade de transformação dos sistemas estabelecidos (GIFFIN, 2006, p.636). “Ao contestar o sistema binário vigente, a teoria feminista buscou estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar as atividades e relações sociais das mulheres analiticamente visíveis” (HARDING, 1993, p.7).

Nesse processo de busca de transformação na ciência, Margareth Rago (2000) aponta para a importância da nova linguagem e da construção de um contradiscurso que vêm ocorrendo na produção científica. A autora reflete que a experiência histórica e cultural das mulheres tem sido diferente da masculina e que estas experiências não precisam se manter à margem da ciência. Assim, indica que, para romper com o enquadramento conceitual normativo e construir propostas mais consistentes, as epistemologias feministas têm trazido aportes específicos para o conhecimento.

A superação do conhecimento como um processo meramente racional é uma das características dessas epistemologias. Por meio do questionamento das dualidades corpo/mente, sentimento/razão, há o reconhecimento da dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento. Desta forma, a/o cientista não produz um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas. Ao afirmar esta condição, o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática e indica que não é possível haver uma única possibilidade de interpretação da realidade. Como o conhecimento não visa atingir uma verdade pura, essencial, o feminismo busca construir os conceitos por meio da historicidade, enfatizando a coexistência de temporalidades múltiplas (RAGO, 2000).

De acordo com Bandeira (2008), para se contrapor aos eixos epistemológicos e conceituais hegemônicos – categorias, conceitos e métodos – e escapar da ordem simbólica dominante, as epistemologias feministas têm assumido conceitos provisórios e perseguido abordagens teóricas não definitivas. Esta falta de um esquema permanente de

construção das explicações, mesmo que incômoda, para Sandra Harding (1993), deve ser vista como possibilidade para que sejam descobertos outros androcentrismos nos conceitos e categorias utilizados e para que os esquemas teóricos sejam revistos assiduamente. “Teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais” (HARDING, 1993, p.11).

Neste sentido, a instabilidade é uma característica importante das categorias analíticas feministas, que devem usar destas próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática. A autora discute os desafios das epistemologias feministas na construção de perspectivas teóricas e categorias analíticas que não reproduzam os valores centralistas pelo quais lutam por eliminar e, ao mesmo tempo, que não se aliem ao relativismo absoluto. Associar-se ao conhecimento socialmente legitimado pode oferecer visibilidade às mulheres, mas também mantém os laços históricos com o poder político que as deslegitima.

Diante de tais questões, Harding (1993) aponta que têm sido delineadas soluções diversas pelas diferentes correntes, desde as que buscam maior vinculação com os pressupostos de verdade e de objetividade na ciência até as que rejeitam esses valores. Apontando o feminismo marxista e o feminismo pós-modernista como importantes vertentes para desvincular a ciência da perspectiva androcêntrica, a autora problematiza as contribuições e os riscos de invalidar suas próprias críticas vividos pelas diferentes correntes. Pontuaremos algumas dessas questões trazidas pela autora e por outras estudiosas das epistemologias feministas.

No que se refere à perspectiva marxista, uma característica importante é que ela não rompe com a visão iluminista do conhecimento. Entretanto, ao reformulá-la, propõe que o proletariado é o único grupo capaz de usar a razão e apreender a verdade, rejeitando a perspectiva centralista burguesa. As feministas marxistas, por meio de releituras teóricas, buscam substituir o proletariado pelas mulheres ou pelas feministas, como agentes ideais do conhecimento. Ao situar sócio-historicamente a produção do conhecimento e trazer a experiência social da mulher como capaz de produzir uma compreensão menos parcial da realidade, Harding (1993) destaca que esta corrente se propõe a traçar uma análise da realidade e luta política que pode transformar as estruturas desiguais da sociedade.

Para Joan Scott (1995), embora haja o reconhecimento da necessidade de trazer os sistemas de gênero para o centro da teoria, a exigência autoimposta de que haja uma explicação “material” para o gênero tem limitado ou, ao menos, retardado o

desenvolvimento de novas linhas de análise e mantido a explicação das origens e das transformações do sistema de gênero como em decorrência do modo de produção.

Diante dos questionamentos acerca da importância em compreender o vínculo entre a sociedade e a estrutura psíquica, as teóricas da referida abordagem têm buscado ampliar os debates, incluindo discussões sobre ideologia, cultura, psicologia (SCOTT, 1995). Contudo, com os limites impostos pelas teorias, muitas vezes os esforços de reformulação acabam por desconfigurá-las das intenções originais de seus formuladores e adeptos não-feministas (HARDING, 1993).

As correntes que se ligam ao pós-modernismo expressam um profundo ceticismo quanto à visão iluminista do conhecimento. Rejeitam o valor da racionalidade, da objetividade e do rigor da ciência moderna na produção do conhecimento e buscam um status analítico independente e próprio para compreender as relações de gênero. Para esta perspectiva, quando se pensa do ponto de vista equivocadamente universalizante, mantêm-se a lógica de que só há uma estrutura na realidade e se utiliza do mesmo conjunto de regras utilizados historicamente para controlar o pensamento (HARDING, 1993). Tecendo críticas a estas teorias, Karen Mary Giffin (2006) alega que, no debate discursivo acerca das questões de gênero, o social é desmontado e que este postulado pós-moderno de sujeito serviria a mesma função mistificadora do sujeito universal.

Para Harding (1993), o nascimento da situação epistemológica pós-moderna está vinculado diretamente à contribuição das epistemologias marxistas, que buscaram dar legitimidade aos “saberes dominados” das mulheres. As marxistas, no entanto, fracassam na contestação entre saber e poder e mantêm a pretensão de uma única história feminista da realidade. Sem desconsiderar a importância de nenhuma das vertentes, a autora completa: “Haja ou não utilidade em ver dessa maneira a relação entre as duas tendências, o meu argumento é o de que devemos resistir à tentação de desconsiderar os problemas que cada corrente formula e de escolher uma em detrimento da outra” (HARDING, 1993, p. 20).

A busca por escapar da ordem simbólica dominante exige um trabalho reflexivo e em constante construção. Conforme apontado, o esforço para produzir conhecimentos científicos que rompam com a organização da sociedade calcada na compreensão do homem como centro tem sido conduzido por caminhos diferentes dentro das epistemologias feministas. Esta diversidade de correntes tem ampliado os debates e problematizações acerca das possibilidades de reorganizar o fazer científico, em um movimento de resistência e de proposição.

A categoria relacional de gênero tem se consolidado como uma categoria analítica cuja densidade conceitual tem possibilitado consistentes reformulações ao sistema de signos e símbolos que denotam relações de poder e hierarquias (HARDING, 1993). Por meio da ruptura desencadeada pela crítica feminista, outros aportes para a produção científica estão sendo construídos. A pluridisciplinaridade e a integração com as diversas reflexões e experiências femininas caracterizam esse percurso (BANDEIRA, 2008).

Para que condições equitativas de gênero sejam favorecidas na produção do conhecimento científico, é importante que sejam desveladas as estruturas androcêntricas da ciência. Assim, conhecer os pressupostos que fundamentam a crítica à ciência androcêntrica e os caminhos que vêm sendo traçados pelas epistemologias feministas pode contribuir com tensionamentos necessários à ordem de gênero instituída e, quiçá, trazer elementos importantes para promover mudanças no contexto de violência patriarcal em que a ciência está inserida.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS

Debater gênero e ciência remete à possibilidade do novo para um paradigma que resiste a se atualizar. Remete também a levar os sujeitos silenciados e inferiorizados ao lugar da fala, desvendando posições e hierarquias veladas. E induz a reler a história, a repensar verdades, conceitos e valores colocados como intocáveis pela ciência moderna.

As perspectivas feministas para o fazer científico expressam mudança importante para a produção do conhecimento. O percurso dessas epistemologias evidencia a relevância dos debates e proposições teóricas que têm produzido. Surgidas como resultado do engajamento entre acadêmicos e movimentos de luta pela igualdade de gênero, as epistemologias feministas vêm demonstrando que o poder não tem posição fixa, mas está sempre em movimento, pode ser tensionado, pode haver resistência.

Nesta compreensão, é importante que os esforços para a produção de um conhecimento não androcêntrico sejam calcados sistematicamente pelas suas indagações iniciais e por novos questionamentos surgidos nesse processo. Problematizar a relação entre as questões de gênero e outras formas de opressão social e manter no centro do debate a questão de como o conhecimento produzido pode tornar válidas as propostas de equidade de gênero e justiça social são grandes méritos destas correntes. Tais implicações se aliam a outras/os atoras/es sociais implicadas/os com mudanças no cenário de desigualdades, trazendo, por meio do diálogo, do debate conceitual, das convergências,

divergências e releituras dos pressupostos e práticas, elementos importantes para o rompimento com as estruturas androcêntricas e patriarcais da sociedade.

O lugar que as mulheres ocupam na sociedade passa necessariamente pela produção do saber e as epistemologias feministas têm sido grandes aliadas na luta por transformações nas estruturas hierarquizadas da sociedade. A ciência tem papel importante na construção da sociedade, nas relações e nas práticas que se conformam em maior ou menor grau dentro da estrutura de violências legitimadas. Conhecer suas críticas e fundamentos pode ser um caminho profícuo para a construção de uma sociedade plural, equitativa e não violenta.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Estela Maria Mota Lima Leão. “Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade”. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para Mulheres. *Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005, 2006*. Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres, 2006.

BANDEIRA, Lourdes. “A contribuição da crítica feminista à ciência”. *Estudos feministas*. Florianópolis, v.16 (1). 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf> Acesso em: 10 dez. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHAPMAN, Anne. *Los Selk'nam, la vida de los Onas*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1989.

CONNEL Robert William. “Políticas de Masculinidade”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20 (2), p. 185–206. 1995.

CONNEL Robert William. “A iminente revolução na teoria social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 27 (8). 2012. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000300001&lng=en&nrm=iso&tlng=en Acesso em: 10 dez. 2020.

ESTÉBANEZ, Emilio García. *El Renacimiento: Humanismo e Sociedad*. Madrid: Cincel, 1986

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FRAISSE, Geneviève. *Musa de la razón*. Madrid: Cátedra, 1991.

FLORES, Joaquín Herrera. “La Construcción de las garantías. Hacia una concepción antipatriarcal de la libertad y la igualdad”. In: PIOVESAN, Flávia; SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela (Orgs.). *Igualdade, diferença e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GIFFIN, Karen Mary. “Produção do conhecimento em um mundo ‘problemático’: contribuições de um feminismo dialético e relacional”. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 14 (3). 2006. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300004> Acesso em: 10 dez. 2020.

GOLDELIER, Maurice. *La producción de Grandes Hombres: Poder y dominación masculina entre los Baruya de Nueva Guínea*. Madrid: Akal, 1986

GÓMEZ, Laura Nuno; CONDE, Henrique Alvarez. “Androcentrismo acadêmico: la ficción de un conocimiento neutral”. *Feminismo/s*. v. 29 (1), p. 279–297. 2017.

GONZAGA, João Bernardino. *A Inquisição em seu mundo*. São Paulo: Saraiva, 1993.

HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”. *Revista Estudos Feministas*, v. 1 (1), Florianópolis. 1993. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984> Acesso em: 10 dez. 2020.

HÉRITIER, Françoise. *Masculino/Femenino. El Pensamiento de la Diferencia*. Barcelona: Ariel, 1996.

LETA, Jacqueline. “Mulheres na ciência brasileira: desempenho inferior? Estudos na temática mulher na ciência têm crescido no mundo, inclusive no Brasil, nas últimas décadas”. *Revista feminismos*. Salvador, v. 2 (21), 139–152. 2014. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/abcc/5831b0f56d99b86880041579f1d90ee1e340.pdf> Acesso em: 10 dez. 2020.

LOPES, Maria Margarett. “As grandes ausentes das inovações em Ciência e tecnologia”. *Cadernos Pagu*. Campinas, (19), 315–318. 2002. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000200012&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 10 dez. 2020.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. “Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política”. *Psicologia Em Estudo*. V. 11 (3), 647–654. 2006. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>. Acesso em: 10 dez. 2020.

OLINTO, Gilda. “A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil”. *Inclusão Social*. Brasília – DF, v. 5 (1), 68–77. 2011. Disponível em <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ORIENTE, Francisco Ramos. *La oralidad y escritura como medios de preservación de la memoria*. Mexico: IEBEM – Instituto de la Educación Básica del Estado de Morelos, 2005.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; TORRES, Marco Antônio; MACHADO, Frederico Viana; COSTA, Frederico Alves. “A construção de silenciamentos: reflexões sobre a

vez e a voz de minorias sociais na sociedade contemporânea”. In: MAYORGA, Cláudia; PEREIRA, Maristela; RASERA, Emerson. (Orgs.). *Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos*. Curitiba: Juruá, 2010.

RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana Maria, GROSSI, Miriam Pilar. (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. *Cadernos pagu*, Campinas: vol 16, 2001. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541> Acesso em: 10 dez. 2020.

SARDA, Amparo Moreno. *La outra ‘politica’ de Aristóteles: cultura de masas y divulgación del arquetipo viril*. Barcelona: Icaria, 1988.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20 (2), p.71-99. 1995. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em: 10 dez. 2020.

TABAK, Fanny. “Apesar dos avanços, os obstáculos ainda persistem”. *Cadernos de Gênero e tecnologia*. Curitiba, v. 3 (10). 2007. Disponível em periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6164 Acesso em: 10 dez. 2020.

TABORDA, Luana do Rocio; ENGERROFF, Ana Martina Baron. “Mapeando o lugar da Mulher docente na Universidade Federal de Santa Catarina”. *Revista Sociais e Humanas*. Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 55–69. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27596> Acesso em: 10 dez. 2020.

TOSTA, André Luiz Zanão; DALTIO, Anderson. “O corpo educado e os corpos abandonados: gênero, educação, currículo e exclusão dos corpos sem consistência”. In: RODRIGUES, Alexandro; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa (Orgs.), *Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas*. Vitória/ES: Edufes: 2013.